

O ENFOQUE PSICOLÓGICO

Franklin Goldgrub¹

Quando se trata de abordar o tema da especificidade do enfoque psicológico, é preciso colocar em pauta, inevitavelmente, duas questões extremamente difíceis e estreitamente relacionadas: a situação da psicologia em relação à psiquiatria (neuropsiquiatria) e às ciências sociais, de um lado e, por derivação, a problemática epistemológica inerente, ou seja, a definição dos determinantes evocados por uma disciplina cujo objeto é designável aproximativamente pelas palavras 'individualidade', 'subjetividade', 'singularidade', 'identidade'. Em outros termos: para conceituar o seu objeto, a psicologia precisa diferenciar-se da psiquiatria e das ciências sociais (definição por oposição) e ainda delimitar o seu campo mostrando que gênero de conhecimento é chamado à existência em seu nome e por que.

Na tradição ocidental, o debate epistemológico permaneceu orientado por dois pólos antagônicos, que ao longo dos séculos, foram se aproximando até se constituírem em par complementar. Assim, o idealismo platônico e sua contrapartida exata, o realismo aristotélico, passaram por um processo de permeabilização recíproca à medida que as posições principistas apoiadas em abstrações foram sendo questionadas e atenuadas em decorrência da *démarche* científica. Poder-se-ia dizer que atualmente o idealismo platônico se expressa, ontologicamente, por meio da posição conhecida como nativista ou inatista, cuja base é constituída pelo papel determinante atribuído aos fatores orgânicos, e metodologicamente pela importância concedida à lógica-matemática (incluindo o procedimento dedutivo), tida por instrumento cognitivo próprio da mente humana. Enquanto isso, o tronco aristotélico se ramificou, por seu turno, no empirismo metodológico e na ênfase concedida aos determinantes ambientais, posições associadas ao postulado da continuidade entre a humanidade e as outras espécies.

¹ Professor de Psicanálise e Técnicas Psicoanalíticas da Faculdade de Psicologia da PUC-SP, com mestrado em Filosofia e doutorado em Linguística; autor de *Futebol, Arte ou Guerra?*, *Freud, Marlowe & Cia*, *Mito e Fantasia*, entre outros livros.

O darwinismo talvez represente, na história do pensamento ocidental, o momento crucial em que os adversários aparentemente irreconciliáveis celebram um acordo definitivo. De fato, a solidariedade conceitual entre as noções de mutação — fenômeno 'interno' regido por mecanismos cromossômicos — e de seleção natural — fenômeno 'externo' governado pelas leis do meio — permite uma compatibilização significativa entre inatismo e ambientalismo. Torna-se assim possível admitir a especificidade do gênero humano — de qualquer gênero, aliás — circunscrevendo suas estruturas e funções orgânicas ao âmbito das leis biológicas, de um lado, e de outro, o aspecto variável do respectivo comportamento ao ambiente, instância soberana no que se refere à preservação, transformação e extinção das espécies.

A partir daí, a rígida oposição — epistemológica e metodológica — entre idealismo e realismo, inatismo e experiência, racionalismo e empirismo, cede espaço a um entendimento no qual o antigo conflito subsiste apenas no que se refere ao peso atribuível a cada um dos fatores, não mais tidos por reciprocamente excludentes. Um exemplo: da mesma forma que dedução e indução passam a ser considerados como procedimentos metodológicos complementares, tampouco resta qualquer motivo para continuar confrontando os axiomas da lógica e da matemática (ou da lógica-matemática), de um lado, e o conhecimento produzido pela experimentação no campo das ciências físicas e naturais, de outro. Dependendo da área do conhecimento e do estado de desenvolvimento de uma dada disciplina, o método será "mais" dedutivo ou "mais" indutivo, mas não há qualquer razão para opô-los ou hierarquizá-los. Atualmente, entre ciências exatas e naturais só há cooperação e a antiga oposição entre postulados teóricos e "dados da realidade" não representa nada além de um resquício associado ao conflito tomado obsoleto que poucos autores ainda preservam anacronicamente.

Se a presente análise, apesar do seu caráter sumário, for plausível, ela terá por desdobramento a constatação de que as ciências da natureza (ou seja, aquelas cujo objeto é constituído pelos fenômenos inorgânicos e orgânicos não humanos) alcançaram, em meados do século XIX, uma estabilidade epistemológica indissociável de seu fulgurante desenvolvimento subsequente, traduzido nas inovações tecnológicas responsáveis pelas notáveis transformações ocorridas nas relações da humanidade com a natureza. Esse êxito parece ter tido um papel preponderante no que se refere ao processo de constituição das ciências humanas. Efetivamente, o mesmo século XIX, que sedia o ápice da revolução científica iniciada no Renascimento, assiste à

separação entre o estudo filosófico e a pesquisa científica do próprio ser humano, tanto no que se refere à dimensão social como à individual, abrangendo sociedades primitivas e modernas, focalizando simultaneamente a infra-estrutura econômica da sociedade e as manifestações ditas "espirituais" ou simbólicas, ou seja, arte, filosofia, religião e a própria ciência. A emergência das ciências humanas é indissociável de um processo de emancipação em relação ao *modus operandi* filosófico, principalmente no que se refere à delimitação e ao tratamento metodológico do seu objeto, decorrendo daí a obtenção de uma maior precisão, que, por sua vez, faculta a aplicação prática dos conhecimentos. Em outras palavras, surgia no século passado o projeto de intervir cientificamente na estrutura social e no comportamento individual, e o paradigma metodológico e epistemológico cujo sucesso nas ciências naturais era inquestionável constituiu-se inevitavelmente no modelo adotado pelas ciências humanas.

Em ciências sociais, e dependendo da ótica, essa "importação" (legítima) ou "contrabando" (nem tanto) não parece ter gerado, pelo menos de imediato, qualquer problema. Em princípio, parecia plenamente exequível a adoção do mesmo programa de inspiração darwinista: bastaria partir novamente da teoria da evolução e, em seguida, estender esse princípio à compreensão das transformações sociais ocorridas ao longo da história, intimamente associadas aos progressos do conhecimento. Assim, os dois fatores, inatista e ambiental, se conjugariam para produzir uma explicação acerca do surgimento e do desenvolvimento da cultura em geral e das formações sociais particulares: a espécie humana, fruto, como qualquer outra, da seleção natural, ter-se-ia fragmentado em diferentes sociedades (análogas a "sub-espécies"), que passaram a competir com os outros animais e entre si mediante práticas adaptativas e transformadoras em relação ao meio natural, mediante práticas responsáveis pela escolha da melhor modalidade de juiz supremo responsável pela escolha da melhor modalidade de sobrevivência, identificada finalmente àquela que prevaleceu na Europa ocidental sob a denominação de "sociedade industrial". Desse ponto de vista, o liberalismo e o marxismo, embora divergindo radicalmente no que se refere à questão ética, comungariam o pressuposto da primazia conferida ao fator econômico.

Em psicologia, as coisas se passaram diferentemente. Se de um lado, o behaviorismo pode ser considerado como uma transposição exata do enfoque darwinista, visto apresentar o repertório comportamental como decorrência da seleção efetuada pelo meio em relação às possibilidades de um organismo, a outra corrente, que, começara a desenvolver-se duas

décadas antes da primeira publicação de Watson, privilegiou o fator sexual para compreender o fenômeno que constituía o ponto de partida para a abordagem dos conflitos psíquicos, ou seja, a síndrome histerica. O desacordo entre as duas principais teorias que inauguraram verdadeiramente o estudo psicológico do comportamento humano — levando em conta que os trabalhos de Wundt inscrevem-se sobretudo no campo da psicofisiologia e que a Gestalt, em sua primeira fase, ateu-se principalmente ao estudo da percepção — não produz qualquer surpresa, pois é patente que visam a áreas consideravelmente diferentes. O surpreendente é justamente o fato de que a psicologia nasça já marcada por essa discordância profunda quanto à natureza de seu objeto, e conseqüentemente, do respectivo método.

O behaviorismo, desde seus primórdios, parecia aplicar-se bem aos comportamentos ditos "normais", que o conceito de condicionamento operante permitia situar no âmbito de processos educativos eficazes, enquanto a psicanálise extraía da prática clínica algumas hipóteses instigantes para explicar a "anormalidade", ou seja, a sintomatologia dita neurótica. Se supusermos que o objeto da psicologia deveria ser entendido como o comportamento em sua plenitude — incluindo "normalidade" e "patologia" —, então seria de se esperar quer um acordo entre essas duas abordagens, quer, pelo contrário, um embate decorrente da expansão das respectivas redes conceituais no intuito de dar conta da totalidade do campo psicológico. Prevaleceu, como se sabe, a segunda alternativa. Esse movimento traduziu-se na construção de uma clínica behaviorista, que pesquisou o papel das contingências de reforçamento na produção de comportamentos conflitivos, enquanto a psicanálise, após categorizar junto à neurose as outras estruturas conflitivas descobertas — perversão e psicose — passou a investigar igualmente a natureza da criatividade, tal como se manifesta no indivíduo (sublimação) e na sociedade (arte e ciência).

Entretantes — meados da década de 20 — surgiu a epistemologia genética, teoria preocupada com a descrição e a compreensão do desenvolvimento da capacidade intelectual. A nova corrente imediatamente colocou em cheque as posições behavioristas acerca da aprendizagem ao atribuir um papel determinante aos fatores ligados à natureza orgânica e também por dividir em etapas regidas por uma lógica interna o processo de construção das estruturas cognitivas, com o que limitava severamente o papel da estimulação ambiental. Ao mesmo tempo, as teses piagetianas se confrontaram com as conhecidas postulações freudianas tendentes a subordinar o intelecto à afetividade. Por outro lado, a teorização psicanalítica,

ao incluir em sua jurisdição o estudo das delírios e das alucinações, defrontou-se inevitavelmente com a psiquiatria, que define a psicose como patologia orgânica cuja etiologia deve ser buscada em lesões ou disfunções neuronais (hipóteses posteriormente associadas a outras, relativas a falhas do metabolismo cerebral). Se acrescentarmos a esse quadro as dissidências que metabolismo cerebral). Se acrescentarmos a esse quadro as dissidências que surgimento de diversas teorias psicoterápicas das mais diversas e respeitáveis origens, entre elas o forte movimento inspirado pela obra de M. Heidegger, a Gestalt-terapia e o psicodrama, por exemplo, é difícil evitar a imagem de uma fragmentação cuja conseqüência mais evidente é a de provocar um extremo ceticismo nos leigos e algo parecido ao desespero por parte dos interessados — entre eles, os estudantes.

Entretanto, e apesar dessa panorâmica não muito animador, uma importante constatação pode ser feita: a existência, no interior da própria psicologia, de um sério desacordo em relação à definição 'positiva' de seu objeto, não implica na perda de identidade. Em outras palavras, a psicologia continua concebendo-se nitidamente diferenciada das ciências limitrofes. Isso sugere que a psicologia é uma ciência (ou um conjunto de indagações e reflexões que pretende sê-lo) em busca de sua identidade: se não sabe muito bem o que é, sabe muito melhor o que não é. Por outro lado, e não menos importante, recebe por parte da sociedade uma demanda claramente diferenciada da que é dirigida à medicina (psiquiatria) e às ciências sociais.

Essa demanda, por sua vez, explica talvez o único elemento de concórdia subjacente à fragmentação acima mencionada: qualquer que seja a concepção característica de cada uma das diversas linhas existentes, nenhum de seus representantes deixará de admitir que a psicologia trata da singularidade (indivíduo, sujeito, pessoa). O corolário dessa afirmação é que o *orgânico* e o *social situam-se fora do campo psicológico*, sem que essa exclusão implique em desconsiderar ou secundarizar essas jurisdições científicas. Se a psicologia desvincula a pessoa da espécie e da sociedade não é por inadvertência, ideologia ou ingenuidade — ela não poderia agir de outra forma sem deixar de ser psicologia. O mesmo recorte é praticado pela *medicina e pela sociologia em relação a seu objeto, com a diferença de que nesse caso não se produz qualquer esparto*. A medicina define-se como estudo, com finalidades terapêuticas, do organismo humano — um câncer é um câncer, uma pneumonia é uma pneumonia, e atingem igualmente o operário, a profissional liberal, o empresário, o artista, o "esquizofrênico", a "fóbica", o idoso, a criança, o suco ou o senegalês. Certamente as condições

materiais de que cada um dispõe para o tratamento variam de acordo com o nível econômico, mas não é isso que a medicina estuda. Se, por outro lado, quisermos analisar qualquer processo de tomada de decisão no âmbito coletivo, adotando um enfoque sociológico, seja ele qual fôr, o que entra em pauta é a posição política dos respectivos agentes: toma-se irrelevante, para entender o resultado da votação de uma proposta de greve por parte dos operários da indústria automobilística, saber se o líder sindical que fez o indicativo em questão sofre do coração e/ou doou um rim ao cunhado, tem ou não colesterol alto, é histórico e/ou claustrofóbico, ajuda os filhos nos estudos e/ou bate neles quando tiram notas baixas.

Nesse terreno tão propício a mal-entendidos, é preciso esclarecer que, do ponto de vista aqui defendido, torna-se imprescindível distinguir a questão epistemológica da social. Do ângulo da psicologia, toda e qualquer queixa deve ser simultaneamente respeitada e considerada "omissiva" ou lacunar, ao mesmo tempo em que qualquer julgamento destinado a discriminar entre "problemas sérios" e "fúteis", segundo os critérios pessoais do psicólogo, mostra-se inteiramente descabido: a "dondoca" que sofre porque não pôde fazer sua viagem mensal à Europa, o desempregado que está a um passo da penúria matral, o marido que não vê mais sentido no casamento, a mãe que se arrepende porque dedicou seus melhores anos aos filhos e renunciou à própria individualidade, o adolescente sufocado pela mãe ou oprimido pelo pai, o apaixonado não correspondido, o trabalhador que não consegue sustentar a família, o profissional desiludido com seu trabalho que recorre cada vez mais ao uísque ou à cachapa, todos têm direito a uma escuta simultaneamente imparcial e comprometida. Mesmo porque é próprio do enfoque psicológico supor que a queixa "esconde" uma série de outras questões, todas elas relativas, paradoxalmente, à simplicidade, por parte do "paciente" (ou analisando, cliente, etc...) com a situação que motiva sua demanda de tratamento. Em outros termos, o psicólogo não tem como deixar de posicionar-se de forma a captar a participação do analisando (...) no problema que o aflige, desde que não confunda responsabilidade com culpa.

Essa postura implica que os valores pessoais do psicólogo devem ser totalmente excluídos de sua atuação profissional. Àqueles que alegam a impossibilidade de fazê-lo, pode-se responder dizendo que um clínico geral ou um ginecologista certamente não invocam a legitimidade e a autenticidade de seu desejo sexual para admiti-lo ou tolerá-lo na prática clínica. Isso pode até acontecer, mas não faz parte da atuação profissional — e é muito logicamente concebido como algo prejudicial à mesma. Caso o psicólogo reivindicasse uma

condição privilegiada para manter suas crenças e valores no interior do espaço profissional, seria preciso então encontrar um procedimento destinado a excluir do consultório de psicoterapeutas de esquerda todos os eleitores que votassem em partidos de direita; e outras preferências, sexuais e futebolísticas, por exemplo, deveriam justificar uma tragem semelhante... Mas se na intervenção ginecológica supõe-se que o corpo feminino deva tomar-se organismo (e o mesmo, *mutatis mutandis*, possa e deva ser dito a respeito de outros atos profissionais, em direito, engenharia, administração, etc.), que tipo de metamorfose ocorre — ou deveria ocorrer — com a pessoa, quando se trata da intervenção psicológica, para que correspondentemente o psicólogo possa atuar enquanto tal, e não como amigo, conselheiro, confidante, etc.?

A tentativa de responder a essa pergunta recoloca em pauta a divisão da psicologia, ou seja, conduz ao impasse aparentemente insolúvel das várias posturas possíveis face a seu objeto. Entretanto, é possível focalizar a questão a partir de uma outra perspectiva. A esse respeito, a história da psicanálise ou, mais exatamente, da obra de Freud, pode ser extremamente instrutiva. Médico de formação e pesquisador nutrido nos ideais científicos do século XIX, Freud não poderia escapar do par complementar epistemológico acima mencionado. Suas primeiras hipóteses teóricas acerca da neurose refletem essa situação. A teoria do trauma assinala a adesão de seu autor ao ambientalismo e sua substituição pela conceitualização referente à sexualidade infantil demonstra que, ao aferir as falhas do primeiro enfoque, ele se encaminha imediatamente e necessariamente para a alternativa organicista. A formulação da primeira teoria do Édipo reflete a conciliação entre as hipóteses anteriores mediante uma modalidade de compatibilização que denominamos "darwinista": a sexualidade infantil, concebida ainda como derivada do orgânico (oral= ingestão, anal=excreção), passaria pela sanção (repressiva, permissiva, equilibrada) do meio familiar, e o comportamento resultante acabaria por expressar-se na maneira pela qual o desejo sexual seria vivenciado a partir da puberdade. Entretanto, lado a lado com essa concepção "oficial" pela qual apresenta publicamente a psicanálise, Freud não deixa de estudar o sonho e a fantasia, que representam o aspecto clandestino e escandaloso de sua elaboração teórica.

O sonho conduz ao método da associação livre e a fantasia a uma concepção em que o juízo sobre a verossimilhança ou não das palavras do paciente é colocado em segundo plano, passando a importar unicamente seu sentido, subjacente à significação dos enunciados (dimensão informativa / comunicativa). É quando a expressão "realidade psíquica" surge pela primeira

